

JUNHO 2023

Estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Policy Brief

POLICY BRIEF

Um novo modelo institucional para o Sistema Regional de Inovação do Norte: conclusões e recomendações do estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente

Sumário

O sistema regional de inovação (SRI) do Norte detém um conjunto de atores, competências e recursos abrangente e diversificado, incluindo um conjunto amplo de relevantes organizações de C&T bem interconectadas entre si. No entanto, subsistem debilidades estruturais e desequilíbrios territoriais que se refletem num desempenho inovador da região abaixo da média da EU e que as políticas de inovação devem procurar colmatar.

O estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente debruçou-se sobre o modelo de governação do SRI do Norte, oferecendo uma análise comparativa com dez regiões europeias, do qual resulta a proposta de um novo modelo institucional para o Sistema Regional de Inovação do Norte, tendo como nó central a criação de uma Estrutura Regional de Inovação.

Este policy brief apresenta as principais conclusões e recomendações do estudo, traduzindo-se num conjunto de policy options para um novo modelo institucional do SRI do Norte.

O panorama da inovação no Norte: progresso e desafios

A região Norte há muito que é reconhecida como um dos principais contribuintes para a economia nacional, com uma forte base industrial e rico património cultural. Apesar destes pontos fortes, a região enfrenta desafios significativos no domínio da inovação. No Regional Innovation Scoreboard 2021, o Norte está classificado como território "Inovador Moderado", posicionando-se em 151º lugar entre as 240 regiões analisadas. A trajetória do desempenho em inovação da região é globalmente de progresso, evidenciado claros sinais positivos ao nível das dimensões de input (ex. investimento em I&D, capital humano qualificado, etc.) embora sem reflexo com igual intensidade no desempenho em inovação e impacto económico.

Como região seguidora, o Norte enfrenta desafios únicos que exigem respostas políticas adaptadas que

respondam a estas fragilidades estruturais e consigam acelerar o processo de mudança estrutural em curso, nomeadamente, visando aumentar o investimento em I&D, reforçar as ligações entre o meio académico e a indústria, fomentar o espírito empresarial e a criação de novas empresas e reforçar o capital humano e o desenvolvimento de competências.

À luz destes desafios, há fortes argumentos a favor da criação de uma estrutura regional dedicada, encarregada de conceber, coordenar e implementar políticas de inovação na região Norte. Tal estrutura desempenharia um papel fundamental na promoção de um sistema regional de inovação mais eficaz e eficiente, abordando as fragilidades estruturais que atualmente minam o potencial inovador da região.

O sistema regional de inovação do Norte: das instituições às interações

O sistema regional de inovação do Norte compreende uma rede de atores de diferentes campos e áreas de especialização que interagem entre si e com outras entidades para contribuir para a produção, difusão e valorização do conhecimento.

Num levantamento efetuado pela CCDD-N (2022), foram identificadas 281 entidades não empresariais do sistema científico e tecnológico, incluindo instituições de ensino superior, instituições e infraestruturas de I&D, instituições e infraestruturas tecnológicas, polos de inovação e infraestruturas de acolhimento e valorização de atividades de C&T.

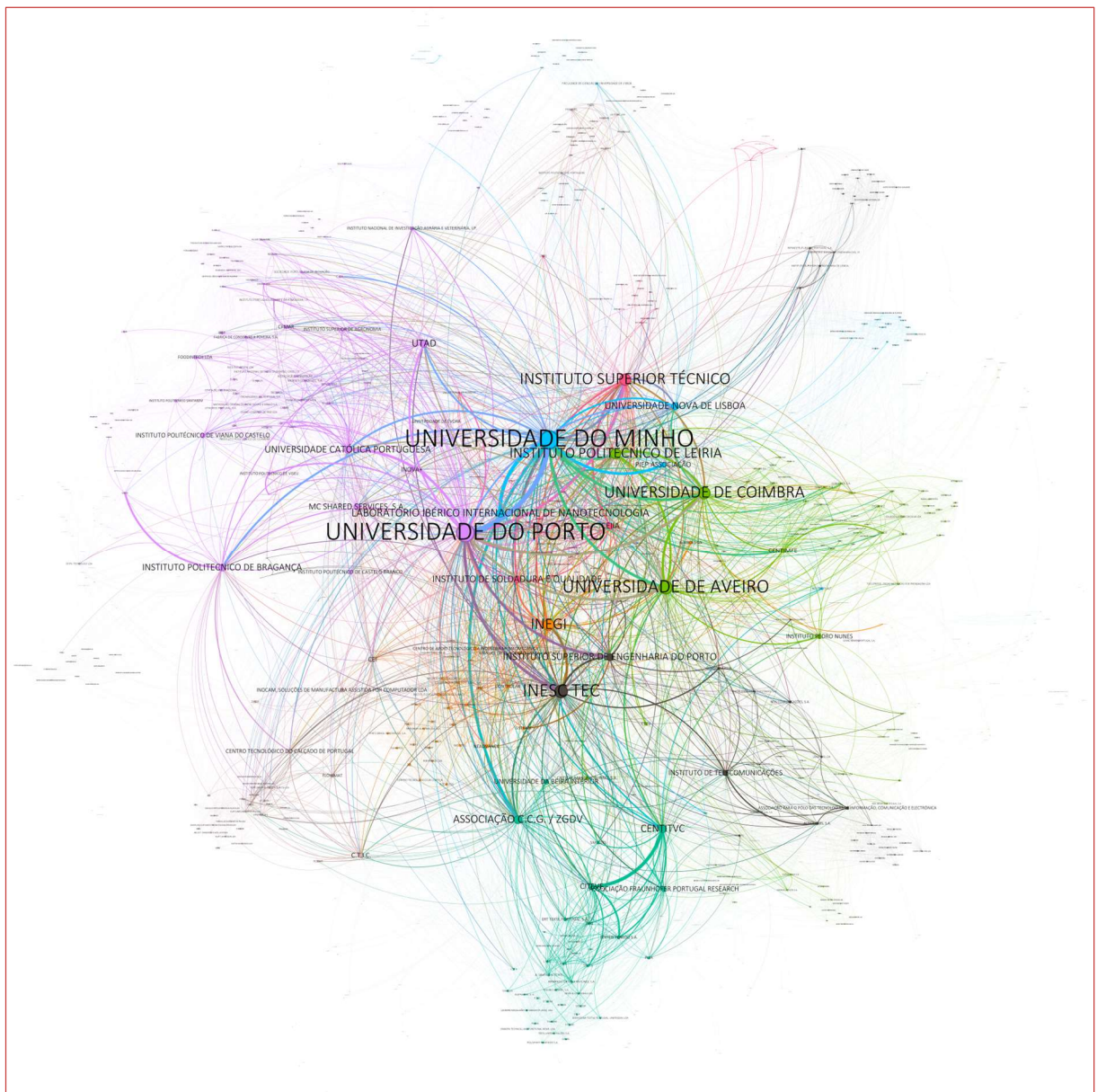
Relativamente ao tecido empresarial, existiam em 2020 cerca de 446 mil empresas sediadas na região Norte, empregando um total de 1,44 milhões de trabalhadores na região. O Norte é a região mais industrializada do país e uma das mais industrializadas da UE-27, com as indústrias transformadoras a representar, em 2019, 28% do pessoal ao serviço nas empresas da região e 33% do VAB, identificando-se no conjunto destas a particular relevância do setor têxtil e vestuário, da fabricação de produtos metálicos, da indústria do calçado e também das indústrias alimentares.

Da interação entre estes atores surge a verdadeira natureza sistémica do Sistema Regional de Inovação. Com o objetivo de caracterizar as redes e dinâmicas de transferência de conhecimento, o Estudo mobiliza

uma Análise de Redes sobre as tipologias em promoção suportadas pelos programas operacionais NORTE 2020 e COMPETE 2020. Este exercício revela uma rede complexa, com um elevado *clustering coefficient*, indicando a presença de muitos grupos de atores estreitamente ligados. A estrutura modular da rede também indica a presença de várias comunidades distintas de nós, que podem ter propriedades e funções únicas, sugerindo a presença de clusters dentro da rede. Além disso, a rede tem um *degree* e *weighted degree* relativamente elevado, indicando que existem nós (i.e. atores) com um número elevado de ligações e que são, portanto,

potencialmente influentes. Um dos pontos fracos da rede que caracteriza o Sistema Regional de Inovação do Norte é a sua estrutura esparsa, indicativo de que a rede tem vários nós isolados e não está tão conectada como poderia estar. Além disso, a rede tem vários componentes pouco ligados, o que pode limitar o fluxo de informação e a influência através da rede. No entanto, as oportunidades proporcionadas pela rede são significativas. A análise indica o potencial da rede para ser utilizada como uma plataforma de comunicação, colaboração e partilha de conhecimentos numa vasta gama de setores.

Figura 1 Mapeamento de Redes de Co-Promoção NORTE 2020 e COMPETE 2020



Fonte: Visualização de rede com software gephi, recurso ao algoritmo Force Atlas 2.

Estratégias de Especialização Inteligente e governação participativa: a descoberta empreendedora e os desafios na implementação regional

A introdução das Estratégias de Especialização Inteligente (S3) como pilar fundamental da reforma de 2014 da Política de Coesão da União Europeia (UE) representou uma mudança estratégica significativa na intervenção europeia para o desenvolvimento. As estratégias S3 visaram mobilizar o potencial económico de cada país e de cada região da UE, permitindo uma abordagem baseada no lugar e no desenvolvimento, e onde os sistemas regionais de inovação assumem o papel central na definição estratégica das políticas públicas.

Uma das abordagens inovadoras preconizadas pelas Estratégias de Especialização Inteligente foi a introdução de modelos de governação participada nas políticas de inovação das regiões através de processos de descoberta empreendedora. Esses modelos têm como objetivo envolver ativamente os atores locais no processo de definição e implementação das estratégias de especialização. Ao permitir que as diferentes partes interessadas contribuam com suas perspectivas, conhecimentos e experiências, esses modelos promovem uma colaboração mais ampla e inclusiva, resultando em estratégias e políticas mais contextualizadas e adaptadas às necessidades e potencialidades específicas de cada região. Além disso, a governação participada fortalece a legitimidade e a apropriação local das estratégias, promovendo a cooperação entre os atores e estimulando a inovação e o crescimento económico sustentável.

No âmbito do desenvolvimento da estratégia regional de especialização inteligente 2014-2020 do Norte (RIS3 Norte), foram identificados oito domínios prioritários, graduados em domínios principais (Cultura, Criação e Moda; Sistemas Avançados de Produção; Sistemas Agroambientais e Alimentação; e Indústrias da Mobilidade e Ambiente), domínios emergentes (Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo; e Ciências da Vida e Saúde) e domínios wild-card ou de aposta de risco (Recursos do Mar e Economia; e Capital Humano e Serviços Especializados). A implementação do PO NORTE 2020 evidencia um elevado alinhamento dos projetos apoiados com a RIS3 Norte, registando uma taxa de alinhamento de 91% do número de projetos aprovados no conjunto das tipologias onde a RIS3 Norte constituiu critério preferencial ou de admissibilidade, e 94% do investimento elegível total nestas tipologias. Porém, a distribuição territorial dos projetos aprovados enquadrados na RIS3 Norte revela diferenças muito significativas no que respeita ao acesso e participação das regiões NUTS III do Norte aos instrumentos e fundos do *policy-mix* da RIS3, verificando-se uma forte concentração do investimento na Área Metropolitana do Porto (44%), seguindo-se o Ave e o Cávado, que concentraram

12,7% e 10% do investimento, respetivamente, com as restantes NUTS III a apresentar níveis de investimento elegível muito inferiores.

O modelo de governação da RIS3 Norte engloba um Conselho Regional de Inovação, composto por associações empresariais, produtores de tecnologia e utilizadores avançados, entidades do sistema científico e tecnológico, universidades, polos e "clusters" e entidades nacionais de planeamento e de gestão de políticas de I&I e entidades intermunicipais. O Conselho reúne em plenário ou subdivide-se tematicamente em Plataformas Regionais de Especialização Inteligente, as quais procuram afirmar-se como espaços de descoberta empreendedora, legitimados pelo Conselho Regional de Inovação e que devem efetuar recomendações e propostas de linhas de ação para cada prioridade.

No entanto, a operacionalização da RIS3 revelou eficácia limitada na consecução de processos de descoberta empreendedora:

- i) a RIS3 Norte, enquanto política de inovação regional, não dispõe de competências institucionais para a inovação, nem de instrumentos de política pública autónomos, pelo que a sua operacionalização teve como corolário uma lógica reativa, subsumindo-se à avaliação em sede de elegibilidade e de mérito;
- ii) o modelo de governação revelou uma dinâmica inferior ao desejável. A intervenção do Conselho Regional de Inovação e das plataformas de especialização inteligente ficou aquém do previsto no que respeita em tirar maior partido dos processos de descoberta empreendedora para dar resposta no plano prático à deteção de novas oportunidades de investimento, em resultado da difícil articulação com o modelo de governação do PORTUGAL 2020 na abertura de avisos específicos;
- iii) o Conselho Regional de Inovação evidencia uma eventual fragilidade na sua composição pela ausência de empresas, estando esta representação a cargo associações empresariais e clusters.

Das boas práticas europeias: maior autonomia para respostas próximas e ajustadas às necessidades locais

O Estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente proporciona uma análise comparativa de modelos de outras regiões nacionais e europeias, quer no funcionamento dos sistemas regionais de inovação, quer dos modelos de governação das estratégias de especialização inteligente. Valorizando como critérios principais o desempenho em inovação nos últimos anos, semelhanças em termos de condições estruturais, proximidade geográfica à região Norte e (no caso das regiões portuguesas) maior grau de

autonomia política dentro do território nacional, foram selecionadas dez regiões para esta análise comparativa: Açores, Bretanha, Castela e Leão, Emilia-Romagna, Madeira, Norte dos Países Baixos, País Basco, Pays-de-la-Loire e Puglia.

Foram consideradas duas dimensões principais no âmbito desta análise: o contexto regional (nível de autonomia, políticas, mecanismos, estruturas formais e abordagem multinível) e modelos de governação S3 (estrutura de governação e órgãos de gestão, coordenação vertical e horizontal, e competências e recursos).

Através das entrevistas realizadas, suportadas por informação analítica, observou-se nas regiões estudadas que os modelos de governação das políticas de inovação e estratégias S3 não seguem trajetórias lineares, diferindo de país para país e de região para região, assim como ao longo do tempo, conduzindo a um vasto espectro de modelos com diferentes disposições institucionais e financeiras.

A implementação de espaços de descoberta empreendedora é encarada por todas as regiões analisadas como um desafio exigente. Mais do que assegurar a participação ativa dos *stakeholders* da hélice quadrupla, importa sobretudo mobilizar tomadores para dar resposta às necessidades e oportunidades identificadas. Por esta razão, o envolvimento efetivo dos atores empresariais com conhecimentos acerca da evolução dos mercados revela-se de elevada importância.

Nas regiões analisadas existem unidades especificamente dedicadas à gestão das políticas de CT&I, com capacidade para uma intervenção integrada no sistema de inovação através de respostas próximas e ajustadas às necessidades locais. Na grande maioria dos territórios estudados, essas unidades especializadas correspondem a agências regionais de inovação, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira.

A necessidade crescente do reforço das estruturas de CT&I com recursos humanos com competências profissionais e dedicação exclusiva é um fator comumente apontado por todas as regiões, tendo sido reportado que este processo tende a ser operacionalmente mais facilitado no contexto de entidades autónomas do que no âmbito de estruturas governamentais.

Fortalecendo a governação participativa: proposta de um modelo institucional do Sistema Regional de Inovação do Norte

O modelo de institucionalização do Sistema Regional de Inovação do Norte tem como objetivo a formalização de estruturas de governação que permitam um envolvimento efetivo dos agentes

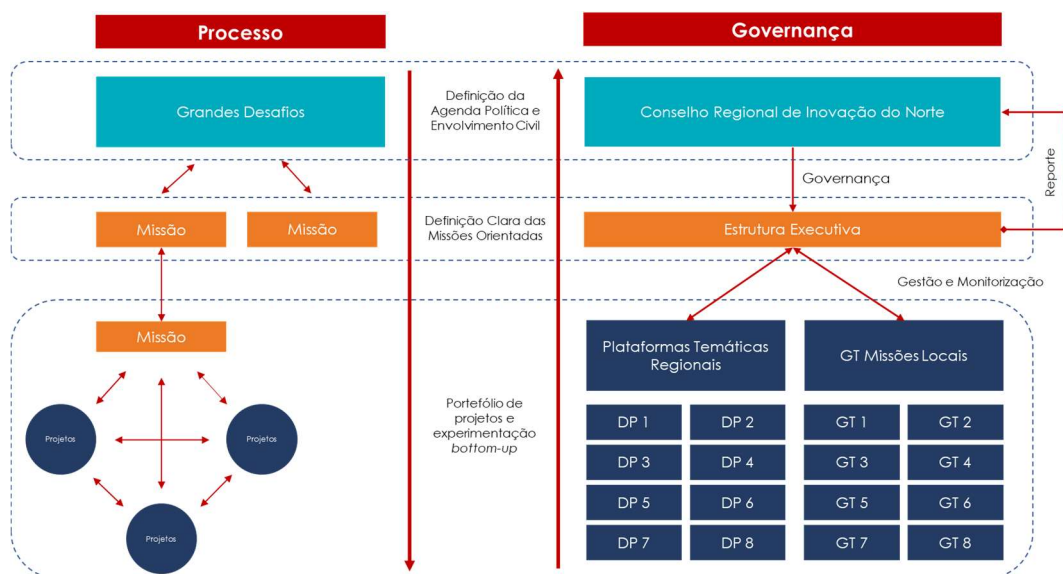
regionais de inovação. Estas estruturas formais que subjazem ao modelo de governação das políticas de inovação e estratégias de especialização não podem ficar condicionadas àquelas que são as tradicionais instituições públicas de governação, mas devem precisamente legitimar a participação dos atores da hélice quádrupla regional, através da criação de estruturas formais com funções, competências, atribuições e regras claras e bem definidas, permitindo assim uma verdadeira governação participativa, cobrindo todo o ciclo de inovação.

Um conjunto de princípios foram tidos em conta na elaboração do modelo proposto: 1) manter a coerência com as estruturas criadas no passado recente, como o Conselho Regional de Inovação do Norte e as plataformas de especialização inteligente; 2) facilitação de processos de decisão participativos e bottom-up; 3) existência de uma estrutura central dedicada, com competências alargadas e dotada dos necessários meios materiais e humanos; e 4) contribuir para um maior equilíbrio territorial do SRI através da ação de grupos de trabalho locais capazes de dar resposta aos grandes desafios sub-regionais.

O modelo apresentado advoga a dinamização de quatro estruturas principais:

- i) **Conselho Regional de Inovação do Norte.** Continuando a sua missão nos moldes definidos aquando da sua criação em 2017, preconiza-se que seja integrado também por empresas, por um representante da estrutura executiva dedicada e por representantes dos grupos de trabalho para as missões locais (GTML).
- ii) **Plataformas Temáticas Regionais.** Prosseguindo a sua missão enquanto fóruns temáticos por excelência que operacionalizam a estratégia de especialização inteligente e funcionando como espaços de descoberta empreendedora, é proposto que as plataformas sejam capacitadas para se constituírem como unidades de inteligência/*foresight*, acompanhem os desenvolvimentos científicos e tecnológicos nos domínios prioritários da RIS3 e proponham ações de dinamização do processo de descoberta empreendedora (ex. *peer learning*, *brokerage*, *workshops* de cocriação de projetos, etc.). É também sugerido que as plataformas integrem, para além dos representantes da hélice quádrupla regional, um coordenador temático (externo), um coordenador executivo (representante da estrutura executiva) e empresas sediadas na região.

Figura 2 Proposta de modelo institucional para o Sistema Regional de Inovação do Norte



- iii) **Grupos de Trabalho para as Missões Locais (GTML).** Inspirados nas missões locais de inovação promovidas pela União Europeia, é proposta a criação destes grupos de trabalho com a missão de responder aos grandes desafios sub-regionais do Norte, promovendo a inovação alicerçada em ativos territoriais. Com foco nas NUTS 3 e coordenados pelas respetivas Comunidades Intermunicipais, seriam participados por atores da hélice quádrupla das respetivas NUTS 3 e centrar-se-iam em desafios críticos dos seus territórios, com o suporte de instrumentos de política especificamente criados para este fim, podendo ter também uma implantação multi-NUTS 3.
- iv) **Estrutura executiva dedicada.** Nó crítico do sistema regional de inovação, é proposto que assuma a responsabilidade pela implementação, dinamização e monitorização das políticas e estratégias de inovação regionais, particularmente centrada nas estratégias de especialização inteligente.

Uma Estrutura Regional de Inovação: que opções?

Decorre como principal conclusão do exercício de benchmarking a importância da existência de uma estrutura ou entidade regional de inovação, que se identifica como nó crítico do modelo de governação proposto. Tal estrutura executiva dedicada desempenharia um papel fundamental na promoção de um sistema regional de inovação mais eficaz e eficiente, abordando as fragilidades estruturais que atualmente minam o potencial inovador da região.

As áreas de atuação de uma estrutura ou entidade regional para a coordenação da política de inovação englobariam:

- i) **Abordar as especificidades regionais.** Seria capaz de adaptar as políticas de inovação às características e necessidades únicas da região, assegurando uma abordagem mais orientada e eficaz para promover a inovação e o crescimento económico.
- ii) **Facilitar a conceção e a aplicação das políticas.** Seria responsável pela coordenação dos vários atores envolvidos no ecossistema de inovação, simplificando o processo de conceção e implementação de políticas e assegurando a atribuição eficaz de recursos.
- iii) **Reforçar o envolvimento das partes interessadas.** Desempenharia um papel fundamental no envolvimento de um vasto leque de partes interessadas, incluindo empresas, universidades, governos e organizações da sociedade civil, no processo da política de inovação. Isto asseguraria uma abordagem mais inclusiva e participativa da elaboração de políticas.
- iv) **Reforçar a cooperação da hélice quádrupla.** Facilitaria a cooperação entre as quatro hélices (governo, universidades, indústria e sociedade civil), promovendo sinergias e fomentando a colaboração no ecossistema de inovação.
- v) **Promover processos de descoberta abertos.** Ao permitir processos de descoberta abertos, a estrutura regional encorajaria a exploração de novas ideias, tecnologias e modelos de negócio, levando à identificação de novas oportunidades de inovação e desenvolvimento económico.

O formato do modelo a seguir para a Estrutura Regional de Inovação depende da ambição, dos objetivos e das demais opções que se elencam no quadro 1:

Quadro 1 Síntese funcional da proposta de modelo institucional da Estrutura Regional de Inovação

Dimensões de intervenção	Menu de opções	Observações
Autonomia institucional	Unidade integrada na CCDR-N (tipo estrutura de missão)	Esta opção constitui-se como uma evolução face ao atual modelo; positiva mas moderada. Seria de mais rápida e fácil montagem, semelhante ao modelo dos extintos OADR's mas com fortes limitações de atuação e pouco impacto operacional. O posicionamento seria essencialmente ao nível da monitorização dinamização do processo de descoberta empreendedora e, eventualmente, do desenho da estratégia e do <i>compliance</i> formal. Estrutura de RH: entre 3 – 5 ETI.
	Direção Regional de Inovação	Constitui uma evolução muito positiva e ambiciosa face ao atual modelo, criando uma estrutura equiparável às Direções Regionais da Cultura e da Agricultura. Ainda que sob tutela da CCDR-N, disporia de uma organização dedicada e com atribuições específicas na implementação da S3, que poderia incluir a avaliação de projetos mas cuja intervenção seria mais ambiciosa, englobando o desenho de novos instrumentos de política pública, a assessoria na coordenação e implementação dos instrumentos de política. Neste âmbito, a direção teria como principais linhas de intervenção a estratégia, a coordenação de atores nas iniciativas transformadoras de escala regional, a monitorização, a assessoria estratégica à AG do Norte 2030 e, eventualmente, a intervenção na gestão de instrumentos específicos e na coordenação temática de atores (por tipologia ou por domínio prioritário). Estrutura de RH: entre 8 – 10 ETI, eventualmente, alavancada por doutorandos e parcerias.
	Agência Regional de Inovação	Este seria o modelo em que se criaria uma entidade com autonomia organizacional, que se afigurasse como um centro de inteligência para a política regional de inovação e de coordenação efetiva de instrumentos multinível. O âmbito de atuação seria mais alargado, incluindo uma clara atuação internacional e valências inovadoras como laboratórios territoriais, laboratórios transformativos e laboratórios de experimentação e política. Poderia eventualmente contar ainda com a gestão direta de instrumentos ou, pelo menos, com a capacidade de mobilização dos mesmos para iniciativas mobilizadoras (agendas transformadoras regionais). Estrutura de RH: entre 15 – 25 ETI, consoante as atribuições.
Cobertura territorial	Regional centralizado	Uma localização central, onde se concentram os recursos humanos, sem representação nos territórios. Uma vez que a ubiquidade do sistema de inovação, especificamente em contextos de baixa densidade, requer respostas de proximidade, importaria considerar neste caso a presença indireta através de parceiros institucionais (ex. CIM, IAPMEI, GAL).
	Regional e sub-regional	Um polo principal, com representações distribuídas pelo território com presença permanente, ou itinerante, mas contínua.
	Internacional	Em complemento às anteriores, a participação institucional em redes internacionais é da maior relevância para potenciar a integração dos atores regionais em redes globais de inovação (vidé <i>Vanguard Initiative</i>). Representação direta nas redes internacionais, seja por presença física, seja pela assunção clara e pelo compromisso de dedicar, em permanência, recursos para potenciar a crescente integração internacional da região.
Grau de afetação de recursos	Baixo	No quadro de uma afetação reduzida de recursos, a operacionalidade da entidade será coartada pela falta de capacidade. Este é basicamente o cenário atual em que a gestão da inovação se resume, no essencial, ao desenvolvimento de um conjunto de ações que garante o <i>compliance</i> formal com os critérios de cumprimento da condição habilitadora. Trata-se de uma opção que implicará uma eficácia limitada, seja na articulação dos atores, seja na indução e federação de iniciativas, seja ainda na modelação do <i>policy-mix</i> .
	Moderado	Neste cenário intermédio, a estrutura disporia de um conjunto de recursos com diferentes perfis técnicos, que permitiriam uma articulação eficaz com outras entidades da região, bem como o desenvolvimento e gestão interna de valências adicionais. Em concreto, seria possível uma dinamização mais eficaz das plataformas temáticas e dos grupos de trabalho territoriais, dos processos de monitorização, da internacionalização através da efetiva colaboração no seio de redes globais (ex. <i>Vanguard Initiative</i>) e, ainda que de forma limitada, de alguma prescrição de política públicas.
	Elevado	Uma direção ou uma entidade com amplos recursos humanos e financeiros permitiria uma intervenção transversal na política de inovação, atuando como coordenador e ator no sistema regional. Em acréscimo face ao nível intermédio, seria viabilizada a dimensão de inteligência e foresight, fundamental para a implementação de modelos de política antecipatória.
Tempo de implementação	Baixo	Uma estrutura de missão, integrada no âmbito da Lei Orgânica das CCDR, será rápida de montar, ainda que com capacidade limitada e atribuições circunscritas.
	Médio	O modelo de uma divisão interna, alinhada com a Lei Orgânica, não aportaria uma elevada complexidade. Todavia, o tempo de implementação seria mais longo pela necessidade de criar as estruturas técnicas correspondentes, no quadro de um modelo organizacional mais "musculado".
	Longo	A criação de uma agência regional de inovação será o processo mais longo e que, previsivelmente, criaria mais linhas de tensão e fricção com outras entidades e com a tutela. Para além disso, trata-se de um modelo mais complexo de criar, pelo que seria um processo moroso.
Complexidade	Reduzida	Estrutura de missão
	Intermédia	Divisão/direção integrada na CCDR-N
	Elevada	Agência de inovação regional
Atribuições	Inteligência	Estratégia e <i>advisory</i> , <i>foresight</i>
	Laboratório territorial	Incorporando as missões locais, este laboratório visaria conceber e coordenar iniciativas de base local, capazes de catapultar esses atores para um patamar de performance superior e de catalisar os atores.
	Laboratório transformativo	Baseado no desafio dos novos paradigmas sociotécnicos e na necessidade de políticas transformacionais, incorporaria as plataformas regionais de especialização inteligente e visaria dinamizar os processos de descoberta aberta.
	Laboratório de política	A política de inovação necessita, ela própria, de inovação. Este laboratório poderia desenvolver o <i>policy-mix</i> ajustado à estratégia e à resposta a desafios específicos do Norte. Constituiria uma unidade de conceção, desenho e coordenação estratégica de instrumentos, apostando também na experimentação.
	Monitorização	Atividade transversal e de suporte à tomada de decisão.
	Cooperação e redes	Promoção da cooperação e redes internas, reforçando o papel de coordenação da estrutura, quer no contexto dos atores regionais quer no contexto de cooperação multirregional e internacional (ex. <i>Vanguard Initiative</i>).
	Gestão de instrumentos	Possibilidade de gerir instrumentos dedicados, por exemplo, no que respeita a projetos de empreendedorismo ou agendas mobilizadoras regionais/territoriais.

Decorrendo do cenário de escolha política, três estruturas alternativas são possíveis para a implementação da política de inovação na região Norte, em todos os casos com necessidade de enquadramento na configuração conhecida das novas atribuições em matéria de inovação atribuídas às CCDR, IP:

- i. **Unidade de Especialização Inteligente na CCDR-N.** Esta alternativa envolveria a criação de uma unidade dentro da CCDR-N responsável pela estratégia de especialização inteligente. O estatuto jurídico desta opção seria uma parte integrada da estrutura existente da CCDR-N, sem autonomia jurídica distinta. Embora esta opção implique uma menor carga jurídica e seja mais fácil de implementar, a sua capacidade de influenciar os instrumentos políticos seria limitada devido à sua integração no quadro atual da CCDR-N.
- ii. **Direção Regional de Inovação.** Cenário intermédio, esta alternativa implicaria a criação de uma direção regional específica no âmbito da CCDR-N. Embora ainda integrada na CCDR-N, o estatuto jurídico da Direção Regional poderia ser estabelecido como uma entidade semiautónoma, permitindo um certo grau de independência. Uma Direção Regional teria uma afetação significativa de recursos e alguma influência nos instrumentos políticos do Programa Operacional Regional. Promoveria processos abertos de descoberta no âmbito da Prioridade 1.4 do Programa Regional do Norte, permitindo a identificação e exploração de novas oportunidades de inovação e crescimento económico na região. Embora esta opção estabeleça um equilíbrio entre a primeira e a terceira alternativas, poderia ainda enfrentar limitações em termos de autonomia e influência sobre os instrumentos políticos, em comparação com uma agência de inovação totalmente independente.
- iii. **Agência regional de inovação.** Esta alternativa implicaria a criação de uma entidade de inovação independente, dotada de um quadro jurídico específico, que lhe conferiria autonomia jurídica enquanto instituição autónoma. Esta entidade teria autoridade para conceber, implementar e gerir instrumentos políticos, assegurando maior impacto na inovação e no crescimento económico da região. Embora esta opção proporcione maior autonomia e flexibilidade na conceção e implementação de políticas, implicaria maiores complexidades jurídicas e exigiria recursos adicionais para a sua criação e manutenção, assim como uma abordagem jurídica adequada.

Cada uma das alternativas acima descritas oferece diferentes vantagens e compromissos relativamente à facilidade de implementação, às complexidades jurídicas, à afetação de recursos e à capacidade de influenciar os instrumentos políticos. A escolha entre

estas alternativas dependerá das prioridades e limitações específicas da região, bem como da sua visão a longo prazo para a inovação e o crescimento económico.

Conclusões

O fortalecimento da governança participativa e a criação de uma estrutura regional de inovação no Norte são aspetos essenciais para promover uma maior eficiência e desempenho do sistema regional de inovação. O modelo proposto visa formalizar estruturas de governança que permitam o envolvimento efetivo dos agentes regionais de inovação, indo além das instituições públicas tradicionais. Os princípios considerados no modelo incluem a coerência com estruturas existentes, a facilitação de processos de decisão participativos, a existência de uma estrutura central dedicada e o equilíbrio territorial. As principais estruturas propostas são o Conselho Regional de Inovação do Norte, as Plataformas Temáticas Regionais, os Grupos de Trabalho para as Missões Locais e uma estrutura regional de inovação com poderes executivos. Uma estrutura regional de inovação seria fundamental para coordenar a política de inovação, abordando as especificidades regionais, facilitando a conceção e aplicação de políticas. Essa estrutura traria benefícios como um maior envolvimento das partes interessadas, uma maior cooperação na hélice quádrupla, a construção conjunta de estratégias regionais, a promoção de processos de descoberta abertos e a coordenação de instrumentos políticos.

Referências

CCDR-N (2022), Levantamento das entidades da Rede Regional de Instituições de Ensino Superior e de Infraestruturas Científicas e Tecnológicas do Sistema Regional de Inovação do Norte.

Technopolis Portugal (2023), Estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente

